

LARISSA MATOS FERREIRA

A CONCEPÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO DE 2º GRAU NOTURNO

Monografia apresentada como pré-requisito para conclusão do curso de Licenciatura em Educação Física do Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná.

ALUÍZIO DA ROSA

Dedico este trabalho  
aos meus pais e irmão e  
a todos aqueles que me  
incentivaram a  
continuar o caminho.

Agradeço aos meus pais que me ensinaram o valor da vida e das pessoas, a toda minha família, às amigas Luciana, Mirela, Patrícia, Melanie, Karen, ao amigo Ovande, e ao meu orientador Aluízio .

*"Nunca serei melhor professor  
do que quando ensinar a mim mesmo...  
Quem não tem coragem de errar tentando  
jamais conseguirá acertar..."*

## SUMÁRIO

RESUMO .....	v
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
1.1 PROBLEMA .....	2
1.2 JUSTIFICATIVA .....	3
1.3 OBJETIVOS .....	5
<b>2. REVISÃO DE LITERATURA .....</b>	<b>6</b>
2.1 O ensino de 2º Grau noturno no Brasil .....	6
2.1.1 Um pouco da história da Educação Física .....	16
2.2 Jovem, a Educação e Currículo .....	20
2.2.1 Currículo e Educação Física Escolar .....	26
2.2.2 Conteúdos Escolares .....	30
2.3 O Currículo do Ensino de 2º Grau .....	32
2.3.1 Princípios básicos .....	36
2.3.2 Educação Física no ensino de 2º grau noturno .....	39
<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>44</b>
<b>4 CONCLUSÃO .....</b>	<b>45</b>
<b>5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>47</b>

## RESUMO

A Educação Física do 2º grau noturno vem sendo posta de lado pelas instituições de ensino devido as novas propostas curriculares implantadas nas escolas . A própria LDB (Lei de Diretrizes e Bases) apoia estas emendas no que diz respeito a disciplina, torna-a facultativa aos alunos-trabalhadores. Discutir a prática da Educação Física no que diz respeito ao ensino noturno, trás a tona problemas referentes as conteúdos, metodologias de ensino e currículos escolares. Para tanto é preciso reconstruir um pouco da história desse curso e da Educação Física. Fazer uma ponte para que se possa ligar a complexidade dos conteúdos escolares de 2º grau do vazio cognitivo dos conteúdos das habilidades do trabalho. Entender que fora as diferenças individuais do aluno, existem os problemas do meio externo que prejudicam muita a vida do escolar noturno. Pode-se perceber ao longo da história da Educação Física diferentes tendências pedagógicas que acabam descentralizando a legitimidade da produção do saber, envolvendo não só teorias da educação escolar, mas a teoria da produção e formação dos homens da história. Discutir questões sobre a legitimidade da Educação Física na escola, considerá-la disciplina de caráter mediador da escola de 2º grau noturno para as camadas majoritárias da população é a proposta principal deste trabalho.

## 1 INTRODUÇÃO

A industrialização da economia brasileira acarretou num desenvolvimento significativo da sociedade, alterando as condições de vida da população, onde o mercado de trabalho no setor industrial cresceu, aumentando dessa maneira as expectativas de ascensão social da população de classe mais baixa economicamente.

Devido a uma crescente procura por vagas neste setor, este tornou-se concorrido, fazendo com que o grau de escolarização da população fosse valorizado, oportunizando aqueles com maior grau de instrução. Dessa maneira a população voltou-se para as escolas de segundo grau, nas quais as que tiveram maior procura foram as que ofereciam o ensino noturno, fazendo com que os trabalhadores de classe mais baixa também pudessem ir a escola, oportunizando esses trabalhadores concorrer à cargos de trabalhos socialmente mais elevados. Dessa forma a procura por vagas nas escolas estaduais aumentou, e a oferta do 2º Grau noturno, fazendo com que os s estudantes-trabalhadores também tivessem acesso a um maior grau de escolarização.

Entre as disciplinas oferecidas nos cursos noturnos está a Educação Física que é facultativa aos alunos-trabalhadores. A questão não é o fato da disciplina ser facultativa ou não para estes alunos, mas sim, a dispensabilidade da mesma, já que estes mesmos alunos são os mais prejudicados no que diz respeito às suas tarefas diária.

## 1.1 PROBLEMA

As pessoas dificilmente conseguem se ver como um ser total, fragmentando-se e esquecendo-se de conhecer e olhar seu próprio corpo. O corpo é uma área defendida, cheio de conflitos: pode, não pode; toca, não toca; mostra, não mostra. A todo momento sofremos conflitos morais em relação ao que designamos como meu corpo.

Assim como o homem, as aulas de ginástica localizada tendem a incorporar uma concepção de corpo de acordo com a sociedade na qual está inserida e com o momento histórico que a mesma atravessa. "O corpo é nosso instrumento para a realização de nosso objetivo dentro do mundo. Esse instrumento pode ser grosseiro e pesado ou harmonioso e receptivo - cabe a nós escolher". (GELS, 1987, p. 42).

A Ginástica Localizada é uma prática de cultura corporal nas academias. É possível utilizar a Ginástica Localizada como meio de construção da consciência corporal?

## 1.2 JUSTIFICATIVA

Esse trabalho busca aprofundar o conhecimento nas áreas de consciência corporal e da ginástica localizada, destacando a relevância do aluno conhecer e gostar de trabalhar com seu corpo e a influência que esse movimento consciente trás para o próprio aluno e para a dinâmica das aulas. Cabe ao profissional de educação física operacionalizar os valores e

nacional no seu artigo 26 parágrafo 3º que preconiza a Educação Física. integrada à proposta pedagógica da escola, é competente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e as condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos.

Ao propor uma disciplina descomprometida com os alunos-trabalhadores, e apoiada na Lei acima citada, essa se torna dispensável para os mesmos, pois não atendem as suas necessidades nem seus interesses. Dessa forma as escolas acabam distanciando os alunos de seu compromisso com o corpo, este integrado a sociedade e a atividade corporal, fazendo do aluno um mero executante.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

A necessidade de discutir a Educação Física nas escolas de 2º Grau, aumenta na mesma proporção do descaso que a disciplina tem sofrido, principalmente no que diz respeito quanto a forma como algumas escolas a ministram nos cursos noturnos.

A própria Legislação, observada na Lei 6.503 de 13/1/77 que a torna facultativa ao aluno-trabalhador, à aluna com prole, ao aluno maior de trinta anos, ao aluno que presta serviço militar, etc., reforçada pelo Parecer 331/88 da CEE, segundo o qual, o aluno, uma vez optante pela dispensa, a terá por completo não sendo exigido dele qualquer forma de compensação



e agora reforçada definitivamente pela no LDB de Educação Nacional.

Assim, essa passa a desconsiderar as necessidades que o aluno tem de exercitar seu corpo de forma sadia, reconhecê-lo e interagi-lo socialmente, deixando de dar oportunidade do conhecimento de atividades motoras diferentes das vivenciadas no seu cotidiano.

Tratar o jovem e principalmente o aluno-trabalhador, desarticulando-o de suas experiências, as que estão compreendidas dentro de suas relações sociais, desrespeitando eu trabalho e sua cultura, com metodologia ineficaz, pouco dinâmica e nada atraente, são fatores que interferem na qualidade do processo educacional.

A submissão da Lei educacional, torna a disciplina contraditória, pois constitui a negação do perfil do aluno de 2º Grau noturno, esquecendo do estudante-trabalhador, que tem uma atividade automatizada e que portanto sofre desgastes.

Diante dessas questões, torna-se necessário propor novas questões sobre a disciplina curricular, buscando ampliar os horizontes educacionais dos professores que nela estão inseridos, principalmente nas questões básicas referentes aos princípios filosóficos, psicológicos e pedagógicos, na direção de que mudanças na sociedade produzem mudanças na natureza humana (consciência e comportamento), e a educação física

contribui significativamente para isso, no contexto escolar e da sociedade em geral.

### 1.3 OBJETIVOS

- Refletir os fundamentos da prática da Educação Física no currículo escolar, isto é, definir quais as necessidades vem atender e qual sua indispensabilidade de sua função, caracterizando assim, o seu objetivo para o ensino de 2º Grau noturno;
- Contribuir para o desenvolvimento de currículo, definindo a função da escola no contexto social do aluno, saber o conteúdo a ser tratado, os seus critérios para a seleção e sistematização dos mesmos;
- Discutir propostas e fundamentos para uma metodologia de ensino que melhor atenda as necessidades de trabalho corporal dos alunos do ensino noturno.

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 O ENSINO DE 2º GRAU NOTURNO NO BRASIL

Com a industrialização da economia brasileira a consideração do modelo urbano-industrial representou um desenvolvimento significativo da sociedade, alterando sensivelmente as condições de vida da população. O mercado de trabalho no setor industrial aumentou significativamente, aumentando também as expectativas de ascensão social.

"Em decorrência, a população voltou-se para a educação escolar, especialmente a dos níveis médio e superior, vendo nele o meio mais acessível de ocupar os postos de trabalho melhor remunerado e socialmente mais prestigiado". (BEISIGEL, 1984, p.43)

Com o surto de desenvolvimento econômico, multiplicou-se as posições relativamente elevadas na hierarquia ocupacional cujo acesso, até então, não eram exclusivos dos portadores de diploma secundário. Porém a proliferação das referidas posições decorrente do crescimento econômico do país fez com que o grau de credencial escolar exigido para a ocupação delas se elevasse. Assim, os portadores de diploma dos cursos elementar (hoje 1 a 4 séries do 1 grau) acorreram em massa aos cursos colegiais (hoje 1 a 3 séries do 2 grau).

Com o tempo a elevação do grau da credencial escolar exigida para o exercício das profissões economicamente mais compensadoras e socialmente prestigiadas, aliada à abundância de candidatos a estas mesmas profissões com diploma colegial, acabaram por desvalorizar o diploma de ginásio. A degradação do diploma ginásial no mercado de trabalho é assinalada pelo fato de a Lei 5692/71 transferir o curso ginásial do secundário para o primário.

Com efeito, em 1950, o certificado do Curso Primário garantia o acesso à maioria dos melhores empregos. Apenas 2,7% da população portava diploma secundário e constituía uma elite que monopolizava o acesso a carreiras no serviço público e na administração de grandes e médias empresas; já os portadores de diploma universitário se encontravam em uma situação ainda mais invejável quanto ao preenchimento das ocupações de 'colarinho branco'. Em outras palavras, o término dos cursos Elementar e Ginásial deixou de pressupor que o indivíduo estivesse apto a ingressar no mercado de trabalho. É com se tais cursos tivessem perdido o seu caráter 'terminal' para se tornarem 'básicos'. Desse modo, o diploma do curso Colegial, hoje 2 grau, passou a ser decisivo para alguém disputar uma vaga na maioria das ocupações do mercado de trabalho, fazendo com que a demanda pelo ensino de 2 grau aumentasse significativamente, e impulsionando a massificação dos cursos noturnos de 2 grau. Como explica SINGER,

em 1950, aspirava-se apenas que todos pudessem cursar o Primário. A Escola Secundária, embora propedêutica predominantemente, funcionava para a maioria dos que conseguiam concluí-la, como preparatório para o mercado de trabalho. Como tal, tinha prestígio e constituía via para posições relativamente elevadas na hierarquia social. Na medida em que tais posições se multiplicavam, por efeito do desenvolvimento, a demanda do ensino secundário ia crescendo explosivamente. A instituição de cursos médios noturnos, em que membros de força de trabalho tinham oportunidade de elevar sua escolaridade foi uma resposta à pressão da demanda (SINGER, 1988, p.62).

Dessa maneira a escola passou a ser um meio de acesso social. Ingressar na escola era sinônimo de prestígio, conseguir concluí-la, mais ainda. Como a população aspirava cargos cada vez mais altos nas empresas, aumentou a demanda de alunos nas escolas, conseqüentemente o número de escolas. A população mais carente que necessitava trabalhar durante o dia, para que seus estudos pudessem ser concluídos, passaram a optar pelo ensino noturno.

A demanda por ensino noturno durante as décadas de 70 e 80 foi tão expressiva que a Assembléia Nacional Constituinte, instalada durante os anos de 1987-1988, decidiu assegurar na Constituição Federal o direito dos estudantes noturnos de acesso à escola. Assim, o artigo 208 do Capítulo III dispõe o seguinte: "O dever do estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de : Inciso VI - oferta de ensino noturno regular , adequado às condições do educando". Tal preocupação dos deputados federais constituintes é representativa da necessidade de, nos últimos anos, parcelas cada vez maiores da

população estudantil brasileira recorrerem ao ensino noturno como única alternativa de prosseguirem a sua escolarização.

(...) em geral, todo acesso de novas camadas sociais à escola ou à educação se viu acompanhado mais ou menos automaticamente pela diferenciação desta. Quando começa a se dar um certo acesso generalizado na Itália renascentista, as escolas urbanas logo se diferenciam em senatoriae ou latinae e "alemãs"; quando a reforma chama todos à escola, surgem separados os ginásios nos quais se ministra uma cultura clássica e humanista; quando as ordens religiosas estendem seus braços em direção aos setores populares, os jesuítas se encarregam de oferecer um ensino distinto às classes altas; a Revolução Francesa proclama o ideal de escolarização universal, mas Napoleão se ocupa dos liceus e das universidades. Ainda hoje prossegue (e prosseguirá, de uma ou de outra forma) a mesma divisão da escola: pense-se nos liceus franceses e italianos, a Hauptschule alemã, as public e grammar schools inglesas (SPOSITO, 1988, p.190).

Diferenças de classes, existem em qualquer sociedade e em qualquer lugar do mundo, desde que o homem se deu conta que poderia ficar em pé, achou que dessa forma dominaria o mundo e seria dono de todas as coisas que nele estavam inseridas. O que não se pode omitir, e fazer de conta que este fato não existe. Deixando desta forma muito a desejar, no que diz respeito ao escolar, ao estudo de novas propostas de Educação, e principalmente novos objetivos à Educação Física, para que esta possa se firmar como disciplina essencial aos alunos-trabalhadores.

Ao mesmo tempo que o generalização dos cursos noturnos representou a democratização do acesso à escola, houve um fortalecimento de mais uma divisão dessa mesma escola. No que diz respeito ao 2º Grau, a democratização do acesso à escola é

atestada, não apenas pelo aumento do número de matrículas, ou pela expansão da rede pública, mas também pela constatação, na última década, de uma alteração qualitativa no perfil sócio-econômico da clientela dos cursos de 2º Grau. Não há dúvidas que os filhos de trabalhadores, muitos dos quais também trabalhadores, se fizeram cada vez mais presentes nas escolas de 2º Graus em anos recentes, e no ensino noturno. (KUENZER, Apud GIMENO, 1988, p.65)

A escola se posiciona estruturalmente em uma separação do trabalho, ou seja, diferencia planejamento de execução, divide trabalho manual de intelectual. Como diz Silva

A existência da escola como esfera de aprendizagem separada da produção tem correspondência direta com a quebra da unidade entre concepção e execução efetuada no contexto da produção. Pode-se ver a escola, nesta perspectiva, como o resultado da migração histórica para um outro local de uma função de socialização e preparação que era parte integrante da própria produção. Nesta migração histórica, esta esfera separada, especializada, não apenas fica identificada como trabalho mental, ela ajuda a legitimar a separação trabalho mental e manual (SILVA, 1981, p.57).

Com esta separação quem perde é o aluno, pois os conteúdos ditos 'práticos' estão sendo deixados de lado pelos educadores. Estas aulas estão cada vez mais escassas nos colégios para que logo deixem de existir. Dessa forma o aluno não perde 'tempo' e pode se concentrar melhor no que eles julgam mais importante.

Quando se fala nos problemas de ensino noturno e nos obstáculos à escolarização do trabalhador-estudante, pouca atenção tem sido dada às relações entre o papel da educação institucionalizada na manutenção e definição da divisão social do trabalho e o ensino noturno. O trabalhador-estudante que recorre aos cursos noturnos experimenta a divisão do trabalho social diariamente: durante o dia ele deve ser um hábil *homo faber* que executa, efetua e realiza; já à noite, ele deve ser um competente *homo sapiens* que pensa, reflete, calcula e planeja. Porém, o problema não consiste somente no fato de um abismo separar a complexidade dos conteúdos curriculares do 2º Grau do vazio cognitivo dos conteúdos das habilidades do trabalho. Com efeito, o tipo de aprendizado adquirido pelo trabalhador estudante, enquanto trabalhador, é bem mais abrangente do que o conteúdo das habilidades necessárias para execução das diversas tarefas que efetua diariamente.

Baseada nas experiências práticas vivenciadas durante o dia, pelo aluno trabalhador, é que a Educação Física deve ser trabalhada. Realmente os alunos não precisam aprender a ficar em filas, obedecer ordens ou fazer um trabalho mecanizado, se esta situação ocorre diariamente para eles. A orientação, diversão, descontração, falta de compromisso e principalmente relaxamento físico e mental, deve ser levada em conta na hora de se montar o planejamento das aulas para estes alunos.



Quando a escola de 2º Grau iguala o trabalhador-estudante do aluno não trabalhador na qualidade apenas de 'aluno', ela está afirmando que as experiências de vida e a relação com seu trabalho diário são divorciadas do seu âmbito escolar.

Por fim, o que deveria se estabelecer, a partir das atuais relações estruturais entre educação e produção, novas relações sociais e educativas no interior da sociedade, cujo princípio de unidade entre concepção e execução, teoria e prática, saber e fazer, venha tornar desnecessária a existência de uma esfera separada da produção e identifica com o trabalho intelectual como a escola convencional. (BREDAN, 1984, p.71)

A autora coloca como principal importância, estabelecer uma relação mais concreta entre a escola e o trabalhador-estudante, tornando este aluno mais participativo, mais consciente do seu papel na sociedade, trazendo este aluno para dentro das salas de aulas. Fazendo esta mesma relação com a Educação Física, dando a oportunidade para este estudante de vivenciar práticas indispensáveis para seu bom andamento físico e psíquico.

Está claro que para o aluno do curso noturno, o trabalho é uma necessidade precoce, determinado por motivos econômicos ligados as estratégias de sobrevivência familiar. Sabemos que a maioria dessa população é jovem e que em sua maioria, trabalham no setor terciário. A possibilidade de ascensão no mercado ocupacional é concebida pelo aluno a partir de dois

elementos importantes: o prolongamento da escolarização e o treinamento no próprio trabalho.

O massacre diário na corrida para tomar o ônibus, chegar no horário estabelecido. O tempo de trabalho se transforma em medida determinante da própria vida. Sobressai a prática rotineira, a atividade às vezes opressiva, o caráter de necessidade imposto ao trabalho e a ilusão do sucesso. Tem que ser considerado que não estamos tratando de um jovem estudante qualquer, mas desse, em especial cuja situação no mundo do trabalho delimita sua prática e, nesta, suas representações.

Outro aspecto importante são as relações com o conhecimento, pois a escolaridade de 2º Grau em geral de caráter superficial, não exige do aluno uma relação mais produtiva com o conhecimento.

Outra questão a ser levada em consideração é a estrutura e funcionamento da escola no período da noite, que dificultam ainda mais a trajetória escolar dos alunos-trabalhadores. Carvalho, fez um estudo a respeito, onde afirma que os cursos noturnos, sendo procurados por uma clientela já inserida no mercado de trabalho, caracterizam-se, desde sua criação, como a "oportunidade educacional 'reservada' para os que necessitam combinar estudo e trabalho assalariado".

COTRIM (1982, p.37), aborda a problemática dos cursos noturnos, no que se refere a sua estrutura e funcionamento, características da clientela e situações vivenciadas pelos

seus agentes, e que dão uma configuração específica para esses cursos.

Atendendo a uma clientela, na sua maioria, de origem operária e que necessitava trabalhar, esses cursos não se mostravam, no entanto, capazes de responder aos interesses e às possibilidades dos alunos. A dificuldade de conseguir vagas nas escolas públicas, fez com que uma proporção muito grande de alunos deixasse de freqüentar o ensino médio, ou então se dirigisse aos cursos noturnos regulares ou supletivos de escolas particulares, em geral de pior qualidade.

Pode-se observar diante dessas afirmativas que as escolas endereçadas geralmente às classes mais baixas da sociedade, foram sendo constituídas sem que houvesse a preocupação de satisfazer aos interesses desses alunos. O que ocorreu foi uma expansão exagerada na oferta de escolas de ensino de 2º Grau, e pouco se ocupou no sentido de oferecer aos alunos um verdadeiro ambiente escolar, com infra-estrutura adequada e boa proposta pedagógica.

Levando em consideração que nem partes dos alunos freqüentam o curso noturno por não encontrarem vagas no diurno, ou por já terem mais de 14 anos - o que os leva a ser pressionados a se transferir para aqueles cursos -, por outro lado, há um percentual muito expressivo deles que passa a estudar á noite por necessidade de se inserir de forma mais regular no mercado de trabalho.

ROSENBERG, fez pesquisas junta a diretores de várias escolas de ensino de 2º Grau, para verificar as relações entre origem social, condições da escola e rendimento escolar. Com esta pesquisa pode-se constatar que os alunos do noturno produzem menos, são reprovados em maior número e se evadem mais freqüentemente, levando em consideração às dificuldades que esses alunos têm para estudar, apontando como causa do baixo rendimento escolar o cansaço causado pelo trabalho diário, a má alimentação e a falta de tempo para estudar.

Fora as dificuldades individuais do aluno, existem os problemas do meio externo, que prejudica muito a vida do escolar noturno. As dependências da escola: bibliotecas, banheiros, refeitórios, etc. A falta de funcionários: vigias, serventes e pessoal administrativo.

CARVALHO (1982,p.53), aponta outra questão fundamental para este estudo e de grande preocupação, é a atitude dos professores, em relação a alunos tão problemáticos, tende a ser de maior condescendência face às exigências pedagógicas. Estas atitudes se processam de maneira a ser mais flexíveis com relação a horários, adaptação de programas, como por exemplo: a redução do conteúdo previsto.

Ocorre que não há uma orientação aos professores no sentido de adequar o ensino às condições objetivas de aprendizagem apresentadas pelos alunos. Este fato demonstra que a escola

tem se mostrado incapaz de apresentar soluções concretas para os problemas apresentados pelos cursos noturnos.

Deve-se tomar cuidado ao se propor uma solução imediata para os problemas das escolas públicas, no que diz respeito a extinção dos cursos noturnos, tal como vem sendo proposta por alguns segmentos da rede, ou como vem ocorrendo em muitas unidades de ensino como decorrência das dificuldades relativas ao seu funcionamento, longe de resolver a questão da escolarização desses setores da população, agravaria os problemas pelos alunos enfrentados para continuarem estudando.

Assim, se o objetivo é propor medidas visando o benefício efetivo dos alunos, impões-se uma revisão das causas ligadas à inoperância dos cursos noturnos no que se refere as propostas curriculares e a metodologia de ensino.

### 2.1.1 Um pouco da história da Educação Física

Antes de começar a discutir determinada prática pedagógica, faz-se necessário entender seu surgimento e quais suas necessidades sociais.

No final do século XVIII e início do século XIX, começou a surgir na Europa, os exercícios físicos na forma cultural de jogos, ginástica, equitação, dança, no âmbito escolar. Este é o espaço e o tempo da formação dos sistemas nacionais de ensino característicos da sociedade burguesa daquele período.

Na sociedade burguesa - período de consolidação do capitalismo - os exercícios passaram a ter um papel destacar, para essa sociedade, era necessário construir um homem: mais forte, mais ágil, mais empreendedor.

O trabalho físico, então, na Europa, passa a merecer atenção das autoridades estatais, e liga-se ao tema do cuidados físicos com o corpo. E é nesses cuidados físicos com o corpo - os quais incluíam a formação de hábitos como: tomar banho, escovar os dentes, lavar as mãos - que se faziam presentes, também, os exercícios físicos, visto exclusivamente como fator higiênico.

Se a força do trabalho era produzida pela ação do corpo e este era fonte de lucro, cuidar do corpo, portanto, passa a ser uma necessidade concreta que devia ser protegida pela sociedade do século XIX.

Sendo assim, práticas pedagógicas como a Educação Física foram pensadas e postas em ação, uma vez que correspondiam aos interesses da classe social hegemônica naquele período histórico.

A preocupação com a inclusão de exercícios físicos nos currículo escolares remonta ao século XVIII com GUTHS MUTHS (1712-1838), J. B. BASEDOW (1723-1790), J. J. ROUSSEAU (1712-1778) e PESTALOZZI (1746-1827). Na Alemanha, com o surgimento das Escolas de Ginástica.

Surtem as primeiras sistematizações sobre os exercícios físicos denominadas de Método Ginásticos, tendo como autores mais conhecidos o sueco LING, o francês AMOROS e o alemão SPIESS, com contribuições advindas também de fisiologistas como DEMENEY, MAREY, médicos como TISSIÉ e ainda professores de música como DALCROZE.

A contribuição que estes autores deram para a Educação Física escolar, foi a de aliar o desenvolvimento da ginástica ou educação física na escola a garantia de um espaço de respeito e consideração da área perante os demais componentes curriculares. Dessa maneira, a educação física ministrada na escola começou a ser vista como importante instrumento de aprimoramento físico dos indivíduos que, 'fortalecidos' pelo exercício físico, que no contexto, gera saúde, estariam mais aptos para contribuir no trabalho industrial que estava começando a nascer.

A partir daí, os métodos ginásticos, começaram ganhar um caráter científico, vindo das ciências biológicas, onde o médico higienista, por ter maior conhecimento neta área, passou a ser autoridade, desenvolvendo assim o conteúdo da Educação Física escolar, no que se referia a orientação da aptidão física do indivíduo.

As aulas de Educação Física nas escolas eram ministradas por instrutores físicos do exercício, que traziam para essas instituições os rígidos métodos militares da disciplina e da

hierarquia. A Educação Física era calcada nas normas e valores próprios da instituição militar.

No Brasil, o sistema educacional era marcado pelas influências dos Métodos Ginásticos e da Instituição Militar. Nesse período a Educação Física escolar era entendida como atividade exclusivamente prática, fato este que contribuiu para não diferenciá-la da instituição física militar.

Na época, os professores de Educação Física que atuavam nas escolas eram os instrutores formados pelas instituições militares. Somente em 1939 foi criada a primeira escola civil de formação de professores de Educação Física (Brasil, Decreto-lei no. 1212, de 17 de Abril de 1939).

Após a Segunda Guerra Mundial, que coincide com o fim do Estado Novo no Brasil, surgem outras tendências disputando a supremacia no interior da instituição escolar. Destaca-se o Método Natural Austríaco desenvolvido por Gaulhofer e Streicher e o Método da Educação Física Desportiva Generalizada, divulgado no Brasil por Auguste Istello. Neste último predomina a influência do esporte que, no período do pós-guerra, todos os países sob a influência da cultura européia como elemento predominante da cultura corporal.



## 2.2 JOVEM, A EDUCAÇÃO E CURRÍCULO

O momento histórico atual indica uma necessidade de enfrentar com novas formas de conhecimento a formação física e intelectual do jovem que ainda está em fase escolar. Estabelecer uma nova relação entre educação e educando, trazendo novos formatos pedagógicos e outras correntes de pensamento além do pensamento moderno.

As instituições que seguem o pensamento moderno tem grande importância nas tecnologias morais, políticas e sociais que legitimam uma duradoura fé na tradição cartesiana da realidade, do progresso e da história. As conseqüências são bem conhecidas. O conhecimento e a autoridade nos currículos escolares estão organizados não para eliminar as diferenças, mas para regulá-las mediante divisões do trabalho social e cultural. As diferenças de classe, raça e gênero são ignoradas nos currículos escolares ou subordinadas aos imperativos da história e da cultura que são lineares e uniformes.

Por esta razão, vários pesquisadores publicaram novas idéias e correntes de pensamentos, tentando mostrar as relações entre a educação e a realidade social, escolarização e cultura. Uma dessas correntes é a do pensamento pós-moderno que trás para o contexto educacional, interpretando este pensamento em novas propostas de educação para que tais relações transformem o processo de educação.

Manuel Sérgio (Apud in Gimeno, p.15, 1992) define a educação pós-moderna não só como um desafio que constitui um corpo diferente de crítica cultural, mas deve ser visto como um discurso contextual que tem desafiado os limites disciplinares específicos em campos tais como os estudos literários, a geografia, a educação, a arquitetura, o feminismo, a arte, a antropologia, a sociologia, incluindo neste contexto a Educação Física, pois esta prática é a mais prejudicada dentre as disciplinas.

Reconhecer a ampla extensão dos processos de transformação cultural e social, estabelecidos nos discursos pós-modernos, que são apropriados para compreender as experiências contemporâneas da juventude e a ampla extensão das formas de diversidade em uma época de autoridade decrescente, incerteza econômica, proliferação das tecnologias eletrônicas.

Argumentar que o pensamento pós-moderno como ponto de "forças em conflitos e tendências divergentes" (Patton, Apud in Gimeno, p.67, 1988) pode ser útil pedagogicamente quando acrescenta elementos para um discurso de oposição para entender e responder à mudança cultural e educativa que afeta os jovens. Uma posição pós-moderna de resistência ou política me parece imprescindível como meio de ajudar os estudantes, e outros, a mudarem as condições de produção.

É de fundamental importância debater o pensamento pós-moderno para que se possa ajudar os educadores a entender as

condições mutáveis da formação da identidade nas culturas que estão produzindo uma nova geração de jovens que vivem entre as fronteiras de um mundo moderno de certeza e ordem, baseado na cultura ocidental e em suas tecnologias de comunicação e um mundo pós-moderno de identidades híbridas, tecnologias eletrônicas, práticas culturais locais e espaço público plural.

Deve-se entender que a política pós-moderna teria que servir para entender como o poder é mobilizado em termos culturais, como as imagens são usadas em escolas nacionais ou local para criar-se uma política representativa que está reorientando noções tradicionais de espaço e de tempo.

Fazer com que os educadores entendam o pensamento pós-moderno, trás um projeto pedagógico mais amplo que assegura a primiza da política. Torna o aluno mais crítico e mais preparado para enfrentar a sociedade moderna, mesmo porque os jovens de hoje não sabem se expressar por falta de estímulo, preferem passar horas na frente de um computador, do que ler um livro indicado pelo professor, por este livro não fazer parte do seu contexto social. Preferem jogos eletrônicos do que jogos esportivos devido a efeitos causadores das aulas de Educação Física. Além disso, o jovem costuma ser facilmente influenciado, em função de sua pouca estimulação à críticas e a política. Assim, tornam-se conformados com as situações à que são submetidos.

Outra forma de se discutir a educação, na escola, é afirmando que currículo é uma seleção da cultura, ou seja, tudo o que se aprende na escola é reflexo da sociedade em que se vive, defendendo padrões e características que nela está inserida. Gimeno (1992,p.23), defende uma nova postura curricular fazendo a relação com a cultura, em seu livro descreve que a cultura escolar é caracterização ou, melhor dito, uma reconstrução da cultura, feita em razão das próprias condições nas quais a reconstrução reflete suas pautas de comportamento, pensamento e organização. Por essa razão, ao falar de cultura e currículo na escolarização é preciso estabelecer não apenas as relações entre ambos os termos, considerando que a cultura diz respeito a conteúdos, processos ou tendências externas à escola e o currículo, a conteúdos e processos internos, tentando explicar o que ocorre neste último como consequência do que se trama na cultura exterior.

Todo contexto social e cultura reflete na escola, propõe um modelo de escola e de educação que ainda estão longe de existir; o que se pretende mostrar é o quanto estes fatores externos influencia na vida do estudante. Não se pode fazer com que o aluno divida seu tempo diário em dentro da escola e fora da escola. Essas relações estão incorporadas a uma prática educativa. Para que a escolarização seja um modelo alternativo de dinamização social, de mudança, de progresso, a

cultura e a formação curricular tem que ser levadas em consideração no processo educativo.

“Se não levarmos isso em consideração nas análises as relações entre cultura e currículo, é muito provável que nos movamos entre idealismo e a ingenuidade, condenados ao fracasso e a inoperância”. (GIMENO, 1992, p.29). Fazer esta reflexão, significa descobrir novas formas de pensar o currículo. Estudando formas de classificar a realidade estudantil.

Parece que é evidente e conhecido por todos que a gênese histórica do currículo, a concretização de suas formas, a classificação do conteúdo que adota, as atividades nas quais acaba se desdobrando, estão ligadas ao nascimento e à evolução dos sistemas escolares (LUDGREN, Apud GIMENO, 1992, p.34). O próprio termo currículo está ligado à ordenação do aparato ou sistema educacional, a dinâmica de progressão através do mesmo, à busca de sua eficácia, à doutrinação, a uma série de rituais escolares ligados à tradição calvinista e á contra-reforma dos jesuítas. Aparece, pois, como instrumento regulador da prática de estudantes, professores e instituições: do ritmo escolar da avaliação dos alunos, da normalização cultural, (HAMILTON, Apud GIMENO, 1988, p 53).

No Brasil, a prática educacional, a formulação curricular, ainda são feitos nos parâmetros dos moldes europeus. As escolas, francesas, inglesas, alemãs, influenciam o sistema de

educação brasileiro tornando o ambiente escolar muitas vezes diferenciado do cotidiano estudantil.

Por causa dessas peculiaridades, discutir o currículo significa discutir um conceito escorregadio dado que ele se define, redefine e se negocia em âmbitos muito diferentes de decisão (GUDSON, 1991, p.86), e através de diferentes tipos de prática sócio-políticas, econômicas, escolares, didáticas, de relação entre os sujeitos, de produção de meios de difusão do conhecimento escolar, de controle das aprendizagens, etc., operando de forma singular em cada sistema educacional, em cada um de seus níveis ou especialidades.

A potencialidade do pensamento curricular atual está não apenas em conceber a cultura escolarizada como a expressão de um série de práticas culturais, econômicas e políticas, mas também como instrumento e receptáculo de comportamentos institucionais e profissionais. Por tudo isso o currículo mostra como instrumento conceitual em torno do qual se pode analisar o fenômeno de escolarização moderna no que se refere aos seus fundamentos e às suas práticas. Não é apenas uma seleção, como se costuma dizer, da cultura, para essa escolaridade, não é algo que se desenhe, se escolha, se ordene, se classifique a priori para depois transmiti-lo e desenvolvê-lo em um esquema, em uma organização escolar e em um sistema educacional. Surge como fato cultural real das condições mesmas da escolarização, a partir das pautas de

funcionamento institucional e profissional. No melhor dos casos, aquilo que se desenha como programa e intenções ou conteúdos culturais será sempre reinterpretado pelas condições institucionais da escolarização.

### 2.2.1 Currículo e Educação Física Escolar

A perspectiva da Educação Física escolar, que tem como objetivo de estudo o desenvolvimento da aptidão física do homem, tem contribuído historicamente para a defesa dos interesses da classe no poder, mantendo a estrutura da sociedade capitalista. Assim, o esporte é selecionado porque possibilita o exercício do alto rendimento e, por isso, as modalidades esportivas selecionadas são geralmente as mais conhecidas e que desfrutam de prestígios social, como, por exemplo, voleibol, basquetebol, etc. os conteúdos de ensino são sistematizados na forma de técnicas e de táticas dos considerados fundamentos dos esportes.

Vista sob este ângulo a Educação Física passa a ter um tratamento diferenciado com relação as outras disciplinas. Estas são caracterizadas no Decreto Federal no. 69.450/71, título IV, cap. I:

Art. 5 - Os padrões de referência para orientação das norma regionais da adequação curricular dos estabelecimentos, bem como para o alcance efetivo dos objetivos da Educação Física, desportiva e recreativa são situados em:

I - Quanto à seqüência e distribuição semanal, três sessões no ensino primário e no médio e duas sessões no ensino superior, evitando-se concentração das atividades em um só dia ou em dias consecutivos.

II - Quanto ao tempo disponível para cada sessão, 50 min. Não incluindo o período destinado à preparação dos alunos para as atividades.

III - Quanto à composição das turmas, 50 alunos do mesmo sexo, preferencialmente selecionados por nível de aptidão física.

No que diz respeito as sessões consecutivas das atividades, dá-se pelas observações pedagógicas que dão relevância aos aspectos de ordem fisiológica, partindo do princípio de carga e sobre carga do treinamento desportivo.

No que se refere ao tempo disponível para as aulas, é o mínimo recomendado para uma boa prática. Se esta estiver dentro de um contexto social.

Quanto as aulas com aluno do mesmo sexo, parte de recomendação pedagógica, pois com relação as aulas de 2º Grau, trata-se de alunos, na maioria deles, de adolescentes e em fase de descoberta sexual.

Tais regulamentações impõem um modelo de organização de turmas diferenciado, que não permite incluir as aulas de Educação Física nos horários normais dos turnos, razão pela qual, na grande maioria dos sistemas estaduais de ensino, ela



é oferecida em outro turno. Isso causa ônus aos alunos das camadas populares que freqüentam a escola pública em relação aos custos de transportes, na medida em que freqüentar a escola em dois turnos nem sempre consecutivos.

No que se refere a normatização escolar, essa área pode ser considerada como uma das mais impositivas do currículo. Entre o que está estabelecido, é facultativo a participação dos alunos trabalhadores dos cursos noturnos nas aulas, com jornada de trabalho igual ou superior a seis horas. Isso se deve também a instituição oferecer horário das aulas em turnos que os alunos não podem comparecer. Vale ressaltar que essa norma é veiculada com o amparo legal para o trabalhador, leitura que, contraditoriamente, pode ser interpretada como punição, na medida em que impede a ele o acesso a essa prática pedagógica ou do conhecimento.

O conteúdo do ensino, é configurado pelas atividades corporais institucionalizadas. Estas já discutidas anteriormente. O que se objetiva é instigar o aluno a assumir a postura de produtor de outras atividades corporais que, no decorrer da história poderão ser institucionalizada. O ensino da Educação Física tem também um sentido lúdico que busca instigar a criatividade humana à adoção de uma postura produtiva e criadora de cultura, tanto no mundo do trabalho como no lazer.

A expectativa da Educação Física escolar, que tem como objeto a reflexão sobre a cultura corporal, contribui para que os interesses das camadas mais populares, na medida que oferece valores como confronto, disputa, liberdade de expressão, liberdade de movimentos, negando a submissão excessiva do homem pelo homem. Esta reflexão contribui para o desenvolvimento da identidade de classes dos alunos, para a transformação estrutural da sociedade e pela conquista da hegemonia popular.

Dessa maneira o esporte tratado nas escolas como jogos, se tornaria meio de atividades corporais, para atingir a perspectiva da compreensão das funções do jogo. Vontade coletiva, valores éticos, morais e políticos, habilidades e domínio técnicos seriam de menor importância para esta prática. Sem contar com as normas e as regras que se devem existir dentro deste contexto social.

Nessa perspectiva a cultura corporal, a expressão corporal é uma linguagem, um condicionamento universal, que igualmente precisa ser transmitido e assimilado pelos alunos. Para que o homem seja entendido em uma visão de totalidade.

Desestabilizar, estruturar, convencer, consolidar concepções práticas que delimitam o contexto sócio-histórico, confrontando-as com outras que a elas se opõem, buscando competência e objetividade para levar à frente este projeto de forma a materializá-lo, explicitando assim a conquista de uma outra qualidade de vida para os homens, entendidos enquanto sujeitos históricos e construtores de seu próprio processo de humanização (SAVIANI, 1988, p.83).

Tornar esta prática transformadora, humanizando as propostas, trazendo novas concepções e perspectivas, fazem parte do processo de educação, e como tal, a Educação Física deve estar inserida nesse contexto, pois ela é de fundamental importância para o desenvolvimento humano.

### 2.2.2 Conteúdos Escolares

Existem diferenças entre as formas culturais assentadas como conhecimento escolar e a cultura que elas dizem representar. Ao não estabelecer essas diferenças, alguns desses debates culturais não se solidificam nas escolas ou não são úteis para fundamentar as práticas culturais escolares e suas alternativas. O que significa que não se pretende modificar a cultura do país por causa da escola e sim, modificar comportamentos escolares que não dizem respeito ao corpo de conhecimento cultural vivenciado no Brasil.

Para orientar o debate cultural na escolarização convém estabelecer três precisões ou orientações epistêmico-pedagógicas que aclamaram a concepção escolar do que se entende por cultura nas salas de aula. Segundo BERNSTEIN (1988), o tempo escolar no qual se vive uma cultura é algo mais do que tradicionalmente aceitado como conteúdo das matérias ou áreas escolares, que é a acepção mais imediata quando mencionamos o conceito de conhecimento escolar. De

outra forma, não se poderiam entender as projeção práticas de denominadas finalidades da educação, as quais têm que ver com a educação moral, a criação de atitudes, sensibilidades, entendimento do mundo, etc., que ultrapassam a acepção clássica da cultura acadêmica. A cultura escolar, curricularizada, na prática, pelos usos e pelas próprias finalidades explícitas da educação, vai além da cultura intelectual, por assim dizer.

Outro fato nos leva a diferenciar entre: - os processos de difusão e recriação culturais que realmente ocorram nas salas de aula; - as representações ou moldagens da cultura escolar, configuradas a partir do exterior da escolaridade. Melhor explicando, o currículo que é representado em formatos diversos não é a mesma coisa que o currículo vivenciado nos processos de ensino-aprendizagem.

"... o ensino é um modelo de transmissão cultural diferente de qualquer outro modelo ou forma de comunicação cultural". (GIMENO, 1988, p.62). Perceber este fato é estar ciente que a cultura escolar está de acordo com as condições institucionais nas quais é transmitida.

Os programas escolares tentam se legitimar através da promoção de certas atividades e da inclusão de tópicos apropriados e não pela representatividade científica ou cultural desses tópicos. As matérias constituem um padrão peculiar de tópicos/ atividades. Há áreas que podem ser

caracterizadas mais como atividades, do que como tópicos, a Educação Física é uma delas.

Dar-se conta de que entre a cultura mais elaborada (pelos especialistas) e a recepção do saber (pelos estudantes) existem agentes culturais mediadores, como os professores, os livros e demais materiais didáticos. Existe uma cultura a partir da qual se deve propor conteúdos para os currículos. Tem-se que considerar que há também a cultura mediadora dos professores; bem como o conhecimento peculiar traduzido nos materiais didáticos e, fruto das interações entre tudo isso, o conhecimento escolar transladado com os alunos.

Dando importância a todos esses aspectos é que se deve formular o currículo e propor conteúdos educacionais, partindo do aspecto que cada instituição possui um determinado grupo de estudantes, considerando seus aspectos, físicos, sociais e morais.

### 2.3 O CURRÍCULO DO ENSINO DE 2º GRAU

Ao longo da história, a luta pelo acesso à instrução, ao saber e à cultura tem figurado dentre as principais aspirações dos grupos sociais, notadamente das camadas majoritárias da população.

Dentre as lutas populares, percebe-se não apenas um movimento em prol da participação nos bens sociais, econômicos e culturais produzidos na sociedade capitalista, mas também a

busca de uma redefinição social da classe trabalhadora que questione e desafie as práticas e concepções hegemônicas, na construção de uma sociedade democrática.

Encontra-se, ao longo da história da educação, diferentes tendências pedagógicas que ora privilegiam o docente, o médio, o aluno, porém os conflitos maiores centram-se na legitimidade da produção do saber, envolvendo não só teorias da educação escolar, mas a teoria da produção e formação dos homens na história. Nesse sentido, a educação é entendida numa perspectiva de construção histórico, indispensável das relações sociais produtivas do cotidiano.

Portanto, a escola tem refletido, no seu dia-a-dia, as marcas contraditórias desta sociedade, impressas pelo conjunto de determinação sociais e adquire, ao mesmo tempo, especificidades enquanto agência socializadora de produção do saber. Faz-se necessário então, garantir o sentido da escola democratizada no Estado do Paraná.

Democratizar a escola significa melhorar as condições de acesso e permanência do aluno, bem como ofertar um ensino de melhor qualidade. Esta melhoria está vinculada a questão do conhecimento, sua reconstrução, essencialidade e revisão da prática pedagógica.

O acesso à escola de 1º Grau continua a ser prioritário no país, mas também é imperativo a generalização do ensino de 2º Grau. A importância desse grau de ensino cresce

concomitantemente à complexidade porque passa a sociedade brasileira, e pelo fato que, nos últimos anos, segmentos significativos das camadas majoritárias da população têm procurado o 2º Grau na tentativa de inserção no mercado de trabalho. Na visão de Miguel Arroyo, a luta pelo saber acaba sendo o modo pelo qual o povo entra na história e se constitui cidadão.

A questão central reside em repensar o ensino de 2º Grau como condição para ampliar as oportunidades de acesso ao conhecimento e, portanto, de participação social mais ampla do cidadão. Este repensar passa, necessariamente, pela análise das relações entre a escola, o trabalho e a cidadania.

Historicamente, o que se pode perceber é um duplo processo de exploração: material e intelectual. O trabalho é dimensão fundamental da vida humana e se faz presente em todas as ações e atividades do homem, tendo uma imersão dinâmica e libertadora, na medida em que modifica as condições materiais de existência, suas formas de pensar e agir. Por outro lado, pode constituir-se num elemento de alienação, quando não é permitido ao trabalhador alcançar o processamento da produção em conjunto, nem a essência criadora do ato de trabalho, que comporta possibilidades de iniciativa, de reflexão e de decisão. É no mundo do trabalho que se situa o 'locus' da unidade teórica e prática, pontos de partida e de chegada da ação educativa.

A questão da preparação para o trabalho deve ser pensada a partir da especificidade de educação escolar e dos limites da escola. Repensar a relação trabalho e educação exige que se aprofundem as formas que estas vão assumindo, além da natureza das contradições que emergem destas relações. A presença mais marcante do trabalho na escola se dá na mediação dos conhecimentos acumulados historicamente pelo homem e, especificamente, dos conhecimentos científicos e tecnológica que, quando produzidos, dão respostas concretas aos problemas enfrentados pelo homem em seu caminhar. Nesse sentido, a história do conhecimento é a própria história do trabalho.

Segundo SAVIANI (1986, p.79), no 2º Grau, não basta dominar os elementos básicos e gerais do conhecimento, é preciso também explicitar como o conhecimento converte-se em potência material no processo de produção.

Nesta perspectiva, o Ensino de 2º Grau deve propiciar aos alunos o domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas, utilizados no processo de produção e não o mero adestramento de técnicas produtivas. Esta concepção está a exigir medidas a curto, médio e longo prazo, voltadas ao suprimento e apoio à rede estadual de ensino, visando proporcionar meios para que ela cumpra suas funções e atinja plenamente seus objetivos, incluindo medidas de avaliação da atual política educacional, como também das estratégias utilizadas para viabilização das práticas pedagógicas.



O desafio está no sentido de avançar na compreensão do que significa o caráter mediador da escola de 2º Grau para as camadas majoritárias da população. Impõe-se como fundamental a criação de uma proposta pedagógica que propicie o acesso ao saber enquanto totalidade, reunindo teoria e prática.

Por outro lado, importa reconhecer que os alunos deste grau de ensino, principalmente os que freqüentam a escola noturna, já estão inseridos no processo produtivo.

A postura de uma escola democrática visa a preparação do educando para a democracia, elevando sua capacidade de compreensão em relação aos determinantes políticos, econômicos e culturais que regem o funcionamento da sociedade em determinado período histórico, para que venha atuar no mundo do trabalho com consciência de seu papel de cidadão participativo.

Para que esta condição se efetive, a escola deve assegurar a sua função de ensinar bem e de forma sistematizada, garantindo a formação do cidadão pelo domínio do saber.

### 2.3.1 Princípios básicos

Para que haja efetivação da proposta de buscar um maior conhecimento no ensino da Educação Física dentro de uma nova concepção de educação, é necessário observar certos princípios básicos que resgatam o compromisso social na ação pedagógica no sentido de transformação da Educação Física.

Encaminhar o processo de ensino numa dimensão de totalidade, fundamentando-se uma concepção de mundo, de sociedade, de homem, de trabalho e de corpo, que expressam perspectivas de mudanças e transformação.

Dimensionar que o homem é um ser concreto e precisa ser visto à luz da visão histórica cultural, entendendo que não se situa a nível de objeto, mas existe como sujeito participante, ativo e comprometido na dialética social.

Efetivar a possibilidade de fazer da educação uma prática progressista, uma vez que a mudança dos conteúdos por si só, não garantem a transformação da prática

Respeitar as diferenças individuais que afetam o crescimento e o desenvolvimento de cada educando nos seus aspectos maturacionais, como também no seu relacionamento social.

Respeitar as especificidades que caracterizam o aluno do curso noturno, não o tendo como aquele que só precisa de repouso e compensação, mas como um aluno com direito ao conhecimento veiculado pela disciplina, tanto no que se refere a suas relações com o próprio corpo, como para a formação de uma consciência corporal, em seu sentido mais amplo.

Garantir a efetivação de uma prática sintonizada com os objetivos do Ensino de 2º Grau, através da seleção de conteúdos compatíveis com a realidade.

Entender a Educação Física como um direito e não como dever, enfatizando que a atividade física não se esgota na prática escolar, mas extrapola para a vida.

Além de efetivar uma ação pedagógica permeada pela ludicidade.

Compreender que a consciência não existe prévia e independentemente do corpo, mas emerge do corpo, que é o seu ponto de partida e expressão.

Todos estes princípios resgatam os valores da Educação Física para sua verdadeira prática. Fazer com que os alunos do 2º Grau noturno entendam estes princípios, trazendo-os para esta prática, concreta e transformadora, é o desafio permanente para os professores.

Para que se possa levantar novas propostas de trabalho, é necessário entender o que é Educação Física, qual sua finalidade no contexto escolar.

Diferentes respostas tem sido construídas durante a história da disciplina, contribuindo assim para a prática conservadora existente.

Segundo BRACHT (1992,p.59), é comum buscar-se elucidar a essência da Educação Física como se esta existisse independentemente da Educação Física concreta e situada historicamente. É dessa busca que derivam expressões do tipo: 'mas esta não é a verdadeira Educação Física'! Para Bracht a verdadeira Educação Física é aquela que acontece

concretamente, e não uma entidade metafísica que estaria hibernando em algum recanto a espera de sua descoberta. Se é isso que se pergunta, está errado pois a Educação Física é aquele que é construída no fazer diário.

A Educação Física é uma prática pedagógica que, no âmbito escolar, tematiza formas de atividades expressivas corporais como: jogo, esporte, dança, ginástica formas estas que configuram uma área de conhecimento que podemos chamar de cultura corporal.

Se unirmos esses dois conceitos, pode-se dar um significado próprio e mais amplo para a Educação Física que se idealiza. Aceitar que essa, vem sendo construída no fazer diário, transformado em atividades corporais expressivas, ou seja, movimento humano, mas movimento com determinado significado e sentido. Deixando de existir a prática pela prática, o fazer pelo fazer, conferindo esse movimento num contexto social.

### 2.3.2 Educação Física no ensino de 2º grau noturno

O desafio encontra-se na necessidade de organizar um proposta que concretize a Educação Física enquanto componente curricular, nem mais, nem menos importante que os demais, e que busque fazer com que os objetivos educacionais sejam alcançados.

Busca-se elaborar uma proposta de Educação Física para o ensino de 2º Grau noturno, centrada numa concepção

transformadora e crítica. Com uma preocupação ainda maior, a de favorecer o surgimento dos elementos que possibilitem uma transformação para que ocorra uma melhor adequação às aulas de educação física do noturno, onde a maior preocupação é com o trabalhador-estudante.

Pressupõe-se uma prática vinculada à realidade em que o aluno está inserido. Viabilizando programas que incentivem o sentimento de valor pessoal através da auto-expressão, auto-confiança, exploração motora e técnicas de soluções de problemas, proporcionando vivências educacionais que desenvolvam comportamentos sociais e emocionais.

Principalmente permitir ao aluno o reconhecimento e a compreensão da importância da aptidão física para a vida, visando uma prática autônoma e permanente de atividades físicas.

Ao se estabelecer os conteúdos essenciais desta disciplina deve-se levar em conta as características da clientela, além de ser aluno-adolescente também é aluno-trabalhador, ou seja, se encontra ainda em fase de desenvolvimento.

Os conteúdos deverão ter seus modelos compatíveis com as experiências vividas pelo aluno, que devem servir como ponto de partida para novos conhecimentos e, poderão ser trabalhados através de elementos culturais como : ginástica, os jogos, as danças e outras manifestações culturais existentes. Para tanto deverão ser respeitadas as características de maturação, as diferenças individuais, as vivências, as necessidades e os interesses do aluno. (SOARES, 1988, p.25).

É de fundamental importância que as características individuais de cada aluno sejam respeitadas, assim como a oferta de aulas no horário em que os alunos estão na escola, oferecer diversas propostas, além dos conteúdos esportivos. Para que dessa maneira o aluno do ensino noturno possa frequentar as aulas de Educação Física.

MAIER, BRUEL e FRAIZ(1989,p.07), Organizaram novas propostas de conteúdo, afim de buscar a excelência de conhecimentos no ensino da Educação Física. O que se observa é um certo descaso em todos os níveis de grau de ensino, havendo apenas uma preocupação com o fazer, executar, ser capaz de, sem muitas preocupações com os princípios e finalidades do conhecimento. Além de se estabelecer uma relação muito importante que é a Educação Física com o aluno-trabalhador.

Para tanto, torna-se necessário saber que o desenvolvimento motor do homem é contínuo e progressivo e tem na fase escolar a definição da combinação de movimentos fundamentais, ou seja, o desenvolvimento motor que se caracteriza pelo refinamento e diversificação na combinação de habilidades em padrões seqüenciais cada vez mais complexos, até atingir a faixa etária que abrange o 2º Grau. Esta fase maturacional, segundo o modelo de desenvolvimento de LEAMAN e PAUW (Apud in MAIER, BRUEL e FRAIZ,1989, p.8) é o das formas de movimento culturalmente determinadas, uma vez que para se chegar ao amadurecimento no desenvolvimento do ciclo vital, o ser humano

necessita cerca de 20 anos. Dentro desta perspectiva, as habilidades inerentes aos esportes, as danças e a outros elementos culturais podem ser utilizadas como tarefas motoras e serem trabalhadas no ensino de 2º Grau. Outra consideração a ser feita, é a do aluno-trabalhador, que já tem uma atividade física, que lhe exige determinados movimentos e capacidade física, podendo esta disciplina, portanto, auxiliá-lo sob as formas de informação, formação e de compensação, proporcionando-lhe o equilíbrio energético que seu corpo requer.

Na perspectiva da concepção que leva em conta o corpo e sua inserção no social, deve-se estimular o desenvolvimento motor e as suas qualidades físicas, tendo em vista não a formação de atletas ou de alunos com boa performance, mas uma nova forma de educar em Educação Física, possibilitando ao aluno descobrir seus limites e capacidades corporais, buscando superar seus possíveis bloqueios. Além disso, ensinar-lhe que o compromisso com o sucesso, a preocupação com o resultado, o fazer certo e o medo de errar, não são a melhor maneira de melhorar o desempenho de uma atividade, e conseqüentemente de relacionar-se com o outro, consigo mesmo e com o meio ambiente.

Partindo do movimento humano, expressão da identidade corporal, da sensorialidade e da percepção do mundo que nos cerca, os conteúdos de Educação Física estão centrados nos

eixos: movimento humano e cultura corporal e serão trabalhados pelos elementos culturais existentes como: as danças, a ginástica, os desportos, os jogos, bem como atividades que correspondam as características regionais.

Pode-se considerar ainda como conteúdos apropriados outras propostas alternativas de abordagem do corpo e que se apresentam como usuais em nossa sociedade, desde que sejam realmente do interesse dos alunos e tenham um significado/sentido como prática educativa ou como atividades extracurriculares.

Para dimensionar o que existe de humano nessas práticas corporais é necessário, portanto, recuperá-las enquanto um fenômeno cultural. A transmissão do conhecimento historicamente acumulado na área de Educação Física escolar, deve ser feita de forma crítica, cristalina e responsável, tendo-se a preocupação de ressaltar o que este conhecimento significa na sociedade, em que ele se fundamenta, o que justifica sua prática e a quais interesses atendem.

Sendo assim, a práxis da Educação Física no 2º grau, será desenvolvida a partir de grandes temas e subtemas, aos quais deverão estar intimamente vinculados os conteúdos, conforme as suas especificações. Os temas e subtemas serão desenvolvidos nas três séries do 2º grau, devendo ser elaborada uma seqüência lógica e compatível com a realidade existente.



### **3 METODOLOGIA**

Pesquisa baseada em observação impírica de estágios e trabalhos realizados do primeiro ao quarto ano do Curso de Licenciatura em Educação Física, bem como em bibliografias de autores nacionais e estrangeiros.

#### 4 CONCLUSÃO

A vivência de uma prática pedagógica torna-se necessária a medida em que se pode comprovar seus objetivos e sua concepção como disciplina educacional.

A busca pela identidade da Educação Física está relacionada com aprofunda reflexão da redefinição da postura docente, que deixa de lado a reprodução de movimentos estereotipados e parte em busca da produção do saber historicamente acumulados.

Essa prática torna-se importante para o aluno-trabalhador a partir do momento em que a Educação Física atende as duas necessidades corporais e sociais inseridas no conteúdo da disciplina. Torná-la adequada, coerente e necessária para a população estudantil do ensino noturno depende dos professores que atuam nesta área.

A Educação Física escolar deve oportunizar a todos os alunos que desenvolvem suas potencialidades de forma democrática e não seletiva, visando o aprimoramento dos mesmos como seres humanos. A seleção de conteúdos deverá ser oferecida a partir da bagagem cultural que este aluno trás da sociedade onde está inserido, baseado no saber universal e produzidos historicamente pela Educação Física.

Uma nova concepção de educação não se concretiza a partir da negação via eliminação do convencional ou formal, mas sim a partir dele, buscando-se a sua apreensão e subsequente superação. O valor do tradicional ou do velho está em ser o

ponto de partida para a criação do novo e para alcançar a transformação almejada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Cleide Lugariani de. Caderno de pesquisa: O aluno do curso superior noturno: um estudo de caso. São Paulo (57): p. 3 a 19, Maio 1986.
- BRACHT, Valter. Educação Física e aprendizagem social. Porto Alegre: Magister, 1992.
- CARVALHO, Célia Peesolo de. Ensino noturno - realidade ou ilusão. 2ª ed. São Paulo: Cortez 1984.
- CASTELANI FILHO, L. Projeto: Diretrizes gerais para ensino de 2º Grau - núcleo comum SESC/MEC - PUC/SP, mimeo.
- GIMENO, J. El curriculum - Uma reflexion sobre la pratica. Madri: Morata, 1988.
- GIMENO, J. e PEREZ, A. Comprender y tansformar la ensenanza. Madri: Morata, 1992.
- LIMA, Lauro de Oliveira. O impasse na educação. 2º ed. Petrópolis: Vozes, 1969.
- MORAES, Carmen Sylvia Vidigal e NETO, Sebastião Lopes. A LDB e a educação dos trabalhadores. Mimeo.
- SAVIANI, Dermerval. Perspectivas de expansão e qualidade para o ensino de 2º grau - repensando a relação trabalho-escola. IN: VVAA, Anais do seminário de ensino de 2º grau. São Paulo: USP, 1988, p. 79 a 91.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. As novas tecnologias e as relações estruturais entre educação e produção. Porto Alegre: UFRGS, 1993. Mimeo.
- SINGER, Paul. Sociedade, trabalho e escola de 2º grau. IN: VVAA, Anais do seminário de ensino de 2º grau - perspectivas. São Paulo: USP, 1988, p. 02 a 15.
- SOARES, C.L. Fundamentos da Educação Física escolar. UNICAMP/FE/DEME. 1988. Mimeo.
- SPOSITO, Marília Pontes. O ensino noturno de 2º grau: notas para uma discussão. IN: Anais do seminário de ensino de 2º grau - perspectivas. São Paulo: USP, 1988, p. 189 a 196.